DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2023

Do Relatório

Transparência é o termo que melhor expressa o conteúdo do Relatório Integrado da Administração. Ele é caracterizado pela integração das informações de governança, alcance das estratégias corporativas, resultados financeiros e das demonstrações financeiras, com parecer de auditoria independente.

É um documento que detalha as ações e fatos relevantes da administração, subscrito pelo Conselho de Administração (CAD) e Diretoria Executiva (DIREX), no que se refere ao desempenho anual do ano de 2023.

A publicização é imperativa conforme Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) que diz em seu artigo 8º que as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão divulgar anualmente relatório integrado ou de sustentabilidade.

Mensagem da Diretoria

Findo mais um ciclo de trabalho, apresentamos ao Conselho de Administração e as demais partes relacionadas os resultados do nosso esforço em cumprir os objetivos que nos foram confiados para o exercício 2023.

As informações fornecidas são baseadas em indicadores de desempenho monitorados ao longo de 2023. Isso ocorre através de reuniões mensais de análise crítica, onde gestores e administradores interagem para monitorar o alcance do Plano Estratégico.

Fortalecemos o Processo de Planejamento Estratégico, focando no alcance dos resultados. Estabelecemos o Plano de Contratações e Aquisições, apoiado por um Plano Orçamentário realista, otimizando recursos para gerar valor.

Mantivemos foco na segurança, meio ambiente e saúde, reestruturamos nosso Sistema de Gestão Integrado – SGI para prevenir riscos e preservar a segurança e a saúde dos empregados e terceirizados, além do cuidado com o meio ambiente. A política do SGI e os normativos se adaptaram às mudanças legais e operacionais. Esta readequação levou a Companhia a ser reconhecida por melhorias no Sistema, avaliadas por representantes da acionista Mitsui e da Bahiagás. Assim, a PBGÁS avançou 22 pontos percentuais na maturidade do Sistema, atingindo um nível de atendimento de 87%.

Mantivemos o compromisso com as partes relacionadas em sermos diligentes quanto a tomada de decisões sendo sempre focados no desenvolvimento sustentável da Companhia.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS apresenta a sua Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, subscrita pelo Conselho de Administração, referente ao exercício social 2023, em cumprimento ao artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303/2016.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF e NIRE	00.371.600/0001-66 e 25300009217	
Sede	Rua Antônio Rabelo Júnior, 161, 12º/19º Andar do Eco Business Center, Miramar, João Pessoa/PB, Cep: 58032-090	
Tipo de estatal	Sociedade de Economia Mista	
Acionista controlador	Estado da Paraíba	
Tipo societário	Sociedade por Ações	
Tipo de capital	Capital Fechado	
Abrangência de atuação	Estadual	
Setor de atuação	Gás Canalizado	
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque	
	Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira	
	Gabriela de Aragão Sarmento Vieira	
	Jailson Galvão	
	Anderson Gil Ramos Bastos Araújo	
	Vitor Calazans Baroni	
Diretores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	Jailson Galvão	Diretor-Presidente
	Fábio Mariz Maia Filho	Diretor Técnico e Comercial
	Mario Thiago Alves Romero	Diretor Administrativo e Financeiro

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

GOVERNO DA PARAÍBA — 75,5% DO CAPITAL VOTANTE

MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL — 24,5% DO CAPITAL VOTANTE

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

• Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba);
• Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba);
• Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba);
• Jailson José Galvão - Membro (Estado da Paraíba);
• Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo e Anderson Gil Ramos Bastos Araújo – Vice-Presidente (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEB); e
• Vitor Calazans Baroni – Membro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEB).

Diretoria Executiva

• Jailson José Galvão - Diretor-Presidente (Estado da Paraíba);
• Fábio Mariz Maia Filho – Diretor Técnico-Comercial (Estado da Paraíba); e
• Mario Thiago Alves Romero - Diretor Administrativo e Financeiro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEB).

Governança corporativa

A PBGÁS adota um modelo de governança regido pelo acordo de acionistas, que emprega regime tripartite de Administração, proporcionando uma gestão ativa voltada para a tomada das melhores decisões estratégicas.

O propósito da Governança Corporativa é assegurar a confiabilidade de uma empresa e melhorias no seu desempenho econômico. Utiliza-se de um conjunto de mecanismos, como monitoramento, que garantam o alinhamento do comportamento da alta administração com os interesses dos acionistas. O objetivo é atender aos anseios da sociedade, propósito para o qual a Companhia foi criada.

A Governança Corporativa envolve as relações entre os principais grupos de interesse. Estes incluem acionistas, conselho de administração, diretores, credores, fornecedores, clientes, empregados e comunidades afetadas pelas atividades da Companhia.

A PBGÁS busca uma participação mais ativa na economia do Estado. Segue as orientações da OCDE e do IBGC para empresas estatais, adota as melhores práticas de governança. Busca estabelecer relações éticas, responsáveis e transparentes, visando a excelência empresarial. Trabalha para aperfeiçoar continuamente as práticas e atitudes, com o objetivo de fortalecer ações que assegurem a sustentabilidade do negócio. Nesse sentido, a PBGÁS segue os princípios da:

Transparência: fornecer informações relevantes às partes interessadas, não se limitando apenas às exigências legais. Não se trata apenas de desempenho econômico-financeiro, mas também de fatores que guiam a gestão e preservam o valor da organização. É crucial garantir que os envolvidos confiem no processo de decisão e nas ações das entidades públicas, bem como na sua administração e equipe;

Equidade: tratar de forma isonômica todos os sócios e partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, repudiando atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto;

Prestação de contas: prestar contas da atuação dos diretores e administradores de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis, mantendo um adequado sistema de controles internos, com constante avaliação de sua efetividade e conformidade e alinhamento a requisitos do ambiente regulatório da Companhia;

Responsabilidade corporativa: zelar pela viabilidade econômico-financeira da Companhia, reduzir as externalidades negativas do negócio e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, ambiental, de imagem) no curto, médio e longo prazos.

Estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é composta de:

• **Assembleia Geral de Acionistas:** instância máxima de decisão, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento.

• **Conselho de Administração:** tem como função a proteção do patrimônio e dos interesses da Companhia, além de ter a responsabilidade de maximização do retorno dos capitais investidos pelos acionistas, possuindo um corpo de membros eleitos, que, conjuntamente, supervisionam as atividades da empresa.

• **Conselho Fiscal:** instalado de forma permanente, composto por membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos, anualmente, pela Assembleia Geral Ordinária, tendo como função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, visando a proteção da companhia e de seus acionistas.

• **Diretoria Executiva:** composta por 03 (três) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Técnico-comercial e 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, todos eleitos pelo Conselho de Administração. Possuem a função de ordenar a estrutura e funcionamento da Companhia.

• **Auditoria Interna:** é responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

• **Comitê de Auditoria Estatutário:** é composto por 3 membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, permitida 3 reeleições consecutivas, observadas as condições e requisitos da legislação aplicável e da Política de Indicação da Companhia. O Comitê é vinculado diretamente ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade do controle interno e de auditoria interna e independente.

• **Assessoria de Governança Corporativa:** assessora os processos de governança, auxiliando o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e Comitês de Apoio da Companhia na definição das reuniões, pautas, material de apoio às reuniões, convocação, elaboração de atas e condução das assembleias gerais.

• **Comitê de Elegibilidade e Avaliação:** é designado pela Diretoria Executiva e auxilia os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sem remuneração adicional.

• **Comissão de Ética:** é um órgão independente, de caráter consultivo e permanente, com autonomia e autoridade para adotar as medidas necessárias à implementação e à manutenção do Código de Conduta e Integridade da PBGÁS.

Remuneração:

Com vistas ao cumprimento das Políticas Públicas e dos objetivos traçados, a Companhia pratica um pacote de remuneração aos seus Administradores, Diretores e Empregados composto pelos seguintes elementos:

• a remuneração atribuída aos Empregados, bem como os seus reajustes são definidos com base em Acordo Coletivo de Trabalho, cuja competência de aprovação é do Conselho de Administração. No que tange à remuneração atribuída à Diretoria Executiva e seus reajustes, a competência para deliberar sobre o assunto pertence à Assembleia Geral de Acionistas;

• Pacote de Benefícios alinhado com as boas práticas de mercado, o qual, apesar de ser entendido como mero complemento à remuneração mensal, tem desempenhado importante papel para o aumento da motivação e manutenção da força de trabalho, além de aumentar a atratividade para o interesse de futuros empregados oriundos dos próximos concursos públicos a serem desenvolvidos pela PBGÁS;

• Remuneração Variável a título de Participação nos Resultados aos Empregados e de Bônus de Desempenho dos Diretores, vinculada ao êxito apurado na realização das metas corporativas anuais traçadas, as quais representam, evidenciam e permitem: a) medir o desempenho da Companhia de uma forma global; b) aferir o nível de consecução dos objetivos de interesse dos seus "stakeholders" e das Políticas Públicas.

• Administradores da PBGÁS têm sua remuneração definida em Assembleia Geral. A remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração, em 2023, foi de R$ 1.486.850,74 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e quatro centavos), incluindo encargos e benefícios:

A Administração da Companhia é definida na forma da Lei e pelo Estatuto Social, sendo exercida por um Conselho de Administração, com função deliberativa, e uma Diretoria Executiva.

A Diretoria presta contas de seus atos ao Conselho de Administração e as condições e requisitos para o exercício do cargo, juntamente com as qualificações dos indicados, serão apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas ou à reunião do Conselho que tiver de elegê-los.

A transparência na divulgação de remunerações de administradores e membros de órgãos de fiscalização e controle é um aspecto fundamental da governança corporativa. Essa prática não só atende à legislação, como também promove a confiança dos stakeholders na gestão da empresa. Em cumprimento à legislação vigente, segue abaixo a remuneração anual dos Administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.

Diretoria Executiva

Cargo	Remuneração
Diretores	R$ 272.217,12

Conselho de Administração

	Remuneração
Membro	R$ 36.862,80

Conselho Fiscal

	Remuneração
Membro	R$ 29.490,36

Comitê de Auditoria Estatutário

	Remuneração
Membro	R$ 29.490,36

Direcionamento Estratégico

Missão: Prover infraestrutura, comercializar e distribuir gás canalizado no Estado da Paraíba, contribuindo para seu desenvolvimento, com sustentabilidade e segurança, visando atender as necessidades e expectativas das partes interessadas.

Visão: Ser reconhecida como uma das melhores concessionárias de serviços públicos na Paraíba, estar entre as melhores distribuidoras de gás canalizado do Nordeste e duplicar o número de usuários até 2026.

Nossos Valores: Ética nos relacionamentos; Respeito às Pessoas; Satisfação dos Clientes; Compromisso com os Resultados; Sustentabilidade e Eficiência.

Mapa Estratégico 2023-2027

Geração de valor	0. Garantir o Desenvolvimento Sustentável da Companhia			1. Elevar a Qualidade e Competividade dos serviços de Distrivuição de Gás		
Clientes	Mercados Atuais e Potenciais					
	2. Expandir os Mercados Residencial e Comercial		3. Desenvolver o Mercado Industrial		4. Ampliar o atendimento ao Mercado Automotivo	
Processos Internos	Qualificação do sistema de gestão		Gestão da distribuição	Gestão da Operacional	Gestão da imagem e Marca	
	5. Aperfeiçoar Sistema de Gestão	6. Fortalecer Sistema de Governança	7. Aprimorar o Processo de Suprimento de Gás	8. Desenvolver Novos Modais de Distribuição	9. Aprimorar o Processo de Comunicação Interna e Externa	10. Fortalecer a Imagem e a Marca
Aprendizado Crescimento	Infra Estrutura Tecnológica		Capital Humano			
	11. Aprimorar a Gestão Estratégica de TI		12. Aprimorar o Sistema de Gestão de Pessoas		13. Aprimorar o Sistema de Segurança Meio Ambiente e Saúde	

Fatores de Riscos

A PBGÁS adota Política de Gestão de Riscos em sua estrutura de controles. No Ciclo 2023 foram mapeados fatores que poderiam impactar nos objetivos e metas corporativas. Listamos a seguir os principais fatores de risco:

1. Regras do mercado livre de gás natural
2. Fontes de energia renovável
3. Concentração de mercado
4. Interferência de terceiros na rede de distribuição
5. Perda de Ativos do SDGN (Sistema de Distribuição de Gás Natural
6. Caixa mínimo
7. Não contratação de serviços de engenharia para expansão e ligação de rede
8. Estrutura TI e Datacenter
9. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

Principais NÚMEROS

2023
Geramos 180 postos de trabalho
14 Cidades atendidas
381 km rede de distribuição
61.8 milhões de m³ de gás
35 usuários de abastecimento veicular
407 usuários comerciais
29.181 usuários residenciais
39 usuários industriais

Relacionamento com Usuários

Ouvidoria

A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, garante os direitos do usuário de serviços públicos, incluindo participação, proteção e defesa. Esta foi regulamentada no âmbito do Poder Executivo Estadual pelo Decreto nº 38.309 de 21 de maio de 2018. A PBGÁS integra a Rede de Ouvidorias como correspondente, vinculada à Ouvidoria Geral do Estado (OGE), que atua junto a todas as Secretarias e Órgãos do Governo Estadual.

No ano de 2023 a Companhia apresentou 100% de resolutividade para as demandas registradas no Sistema de Ouvidoria – SOGE (Software de Registro e Gerenciamento dos Atendimentos), sendo 3 processos, 1 interno e dois externos.

Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Conforme o Decreto nº 29.331 de 10/06/2008, regulamentando o Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado na Paraíba, a Companhia mantém o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Especificamente, os artigos nº 73º, nº 74º, nº 75º e nº 76º se concentram no serviço ao usuário. Em 2023, o SAC atendeu 4.027 ligações. Nesse sistema de atendimentos, as chamadas abandonadas na espera do 0800 têm 100% de retorno (call back), onde retornamos ao contato telefônico que não obteve êxito na ligação.

Satisfação do Cliente é um valor intrínseco que reflete a estratégia da companhia. A meta é atender o usuário com cortesia, qualidade técnica e diligência, oferecendo soluções satisfatórias. A razão primordial são os valores da Companhia.

O relatório mensal enviado à ARPB indica o nível de atendimento do 0800 da PBGÁS. Os indicadores do SAC englobam a Medição de Qualidade do Atendimento (IQA) e a Avaliação de Nível de Serviços (INS), atingindo metas de 96,2% e 100% respectivamente, como mostrado na tabela Meta X Realizado. A taxa de ocupação e o Índice de Disponibilidade de Serviço mantiveram-se em 100%.

Meta X Realizado

INDICADOR	META	REALIZADO
Índice de Qualidade do Atendimento	95,00%	96,20%
Índice de Nível de Serviço	90,00%	100,0%
Índice de Taxa de Ocupação das *PA´s	95,00%	100,0%
Índice de Disponibilidade de Serviço	99,00%	100,0%

*PA´s se refere aos postos de atendimentos.

A PBGÁS também interage com seus clientes nas plataformas virtuais através do Instagram, Facebook e Linkedin. No Instagram foram mais de 495.700 visualizações entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2023.

O resultado representa melhoria no engajamento desde que foi implementado o Plano de Mídia Digital em 2022, tendo no primeiro levantamento realizado de 1° de janeiro a 30 de junho de 2022 alcançado 289 mil usuários. Os conteúdos postados no Youtube e Linkedin foram visualizadas ao longo do ano, gerando interações espontâneas com material institucional, comercial e conteúdo.

Desempenho Recursos Humanos

Corpo Funcional em Números

A Companhia operou em 2023 com uma força de trabalho total de 49 empregados próprios, 18 comissionados e 18 estagiários, totalizando 85 colaboradores, conforme quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	Nº
Empregados Próprios	49
Comissionados	18
Estagiários	18

Cuidado da Empresa com as Pessoas

A área de Recursos Humanos desempenha um papel crucial para manter um ambiente de trabalho saudável e acolhedor. Alinhada à estratégia da Companhia, sua missão é contribuir para o alcance dos objetivos. Isso é realizado por meio de ações integradas de gestão de pessoas que favorece um ambiente respeitoso. Também valoriza o capital humano, desenvolvendo as capacidades e habilidades dos empregados.

E, nesse sentido, a Companhia adota a educação corporativa como uma relevante prática empresarial que promove a cultura de aprendizagem entre os seus colaboradores, estimulando a participação em cursos de pós-graduação, além dos treinamentos das normas regulamentadoras, participação em seminários, encontros, workshops, palestras e cursos.

Por outro lado, cuidar do bem-estar das pessoas é, também, um fator importante para a PBGÁS e mantendo um olhar sempre atento, a Companhia mantém a parceria com o SESI, que atua na área da Medicina do Trabalho.

Vale destacar que a taxa de rotatividade do ano foi de 0% e a licença paternidade estendida (de 20 dias) foi usufruída por 04 (quatro) homens.

Benefícios Concedidos

Com potencial para elevar a qualidade de vida do empregado, os benefícios de RH são uma forma complementar de gerar motivação.

Um bom conjunto de privilégios pode motivar, engajar, melhorar a qualidade de vida e impulsionar a produtividade dos funcionários. Na política de valorização e retenção de funcionários, a PBGÁS supera os benefícios legais e aqueles concedidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Ela adiciona outros de forma voluntária, respaldada pelos princípios de sua política de recursos humanos. Dentre os principais benefícios destacamos:

• Plano de Assistência Médico-Hospitalar;
• Plano de Assistência Odontológica;
• Seguro de Vida em Grupo com Auxílio Funeral;
• Previdência Privada;
• Auxílio Idiomas;
• Auxílio Pós-Graduação;
• Auxílio Creche;
• Auxílio Alimentação/Refeição;
• Auxílio Alimentação Natalino;
• Vale Transporte;
• Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência;
• Ajuda de Custo Estacionamento;
• Horário Flexível;
• Participação nos Lucros e Resultados

Avanços nas Relações de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho é um instrumento de flexibilidade e racionalização das normas legais, pois mediante concessões mútuas, permite a estipulação de regras na relação de trabalho que não estão diretamente ao alcance das partes.

Um acordo coletivo de trabalho bem elaborado fortalece a relação entre empregadores e empregados. Através desse acordo, é possível estabelecer uma cultura de diálogo, respeito mútuo e parceria, criando um ambiente laboral mais harmonioso.

Nesse sentido, a PBGÁS, os empregados e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba – STIUPB, mantiveram em 2023 negociações coletivas com o intuito de aprovar as regras de interesse das partes.

Como resultado da negociação coletiva, foi assinado o Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2024, com vigência até 30/04/2024.

Desempenho em Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Prevenções

A Companhia implementa medidas para segurança, meio ambiente e saúde em suas áreas de atuação. As iniciativas visam eliminar, reduzir e controlar riscos ocupacionais e ambientais. Isso assegura a saúde corporal e mental do trabalhador e respeita o meio ambiente.

Concluímos o ciclo 2023 sem afastamentos por acidentes com gravidade ou doenças ocupacionais registráveis de nossos empregados e terceirizados. Os indicadores TOR (taxa de ocorrências registráveis), TAR (taxa de acidentados registráveis) e TG (taxa de gravidade) monitorados mensalmente, terminaram o ano zerados, distantes dos limites de alerta definidos em cada indicador.

Retomamos ampla revisão do Sistema de Gestão de SMS, para adequá-lo aos avanços normativos, nos moldes das melhores práticas de segurança, elevando a qualidade e o desempenho em prevenção. As 15 diretrizes de SMS voltaram a ser uma ferramenta de gestão envolvendo toda a força de trabalho. Foram criados 15 grupos de trabalho, por meio dos quais, as principais diretrizes tornaram-se Instruções Normativas, a fim de possibilitar o alcance dos resultados de maneira perene.

Em novembro de 2023, a PBGÁS foi auditada pela Mitsui Gás, acionista da Companhia. A auditoria verificou a evolução do Sistema de Gestão de SMS implementado. O resultado foi uma melhoria de 65% para 88% na conformidade geral. A PBGÁS foi a companhia de Gás com maior evolução entre as 12 CDLs avaliadas pelos auditores, comprovando sua eficiência e comprometimento com a saúde, segurança e meio ambiente.

Abaixo estão elencadas as respectivas Instruções Normativas ligadas a área de SMS, aprovadas em dezembro de 2023 na PBGÁS:

1. Liderança e Responsabilidade;
2. Conformidade Legal;
3. Gestão de Riscos;
4. Novos Empreendimentos;
5. Operação e Manutenção;
6. Gestão de Mudanças;
7. Contratação de Serviços e Aquisição de Bens;
8. Capacitação, Educação e Conscientização;
9. Gestão da Informação;
10. Requisitos de SMS para Comunicação;
11. Gestão de Contingência e Resposta a Emergência;
12. Relacionamento com a comunidade;
13. Gestão de Anomalias;
14. Gestão de Produtos;
15. Melhoria Contínua.

Cuidados com o meio ambiente

A PBGÁS adotou ações internas para cumprir as condicionantes relativas as suas licenças de operação e mantém atualizadas todas as licenças ambientais. Foi contratada uma empresa especializada para conduzir análises socioecológicas na região de Cabedelo, com o objetivo de avaliar os efeitos gerados na construção do gasoduto, assegurando o cumprimento de toda a legislação. A empresa formalizou a elaboração do PGRS e negociou o descarte de seus resíduos. Também instalamos diversos coletores de pilhas, controlando assim, seus descartes.

A PBGÁS também aderiu ao Programa Nascente Viva, onde serão revitalizadas as nascentes do Rio Paraíba, com mudas nativas do Bioma Mata Atlântica. Além disso, a Companhia está mapeando as comunidades próximas ao seu Sistema de Distribuição para prevenir acidentes e invasões na área do gasoduto.

Em 2023, a CIPA da PBGÁS manteve o objetivo de educar os funcionários para evitar acidentes e proteger o meio ambiente. Isso foi realizado por meio da 15ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Meio Ambiente - SIPATMA. O evento que mobiliza toda Companhia tratou de temas relevantes no contexto interno, como tema "Assédio Moral", visita ao aterro sanitário e **conhecendo a planta de Biogás e além da avaliação de Bioimpedância em boa parte de seus empregados.**

Responsabilidade Social

A responsabilidade social é um compromisso permanente em ações sociais, entendendo que este é um dos seus propósitos empresariais. A Política de Cidadania Corporativa investe apoiando projetos de incentivo à cultura e esporte. Também realiza ações de preservação ambiental, fundamentais para ampliar o impacto socioambiental positivo. Tais medidas fortalecem a relação de confiança entre a Companhia e a sociedade.

A PBGÁS apoia projetos que incentivam esporte, cultura e gastronomia local para ajudar no desenvolvimento da sociedade paraibana.

Mercado

Festival Restaurant Week - Considerado o maior festival de gastronomia do Brasil, evento realizado há 16 anos, em 12 estados e Distrito Federal, envolvendo restaurantes locais. O evento também tem viés social importante, pois incentiva doação voluntária do cliente, para cada prato vendido, mais um é doado para a instituição Milagre do Sertão, criando uma verdadeira corrente de solidariedade. A PBGÁS patrocina para estimular a recuperação no setor gastronômico da Paraíba.

Construcon - A PBGÁS também esteve presente na Construcon 2023, maior feira de arquitetura e construção civil da Paraíba, apresentando as vantagens do gás natural em uma mesa redonda do evento e em um stand no local da feira realizada no Centro de Convenções de João Pessoa.

Cultura

Festival de Música da Paraíba - A PBGÁS ofereceu apoio cultural ao maior evento de música da Paraíba. Em sua quinta edição, o Festival cumpre o objetivo de reconhecer e divulgar a música paraibana, descobrindo, valorizando e premiando artistas que estão surgindo no cenário musical

Fest Aruanda - Através da Lei Rouanet, a Companhia patrocinou o 18º "Fest Aruanda", que é considerado um dos mais representativos festivais de cinema da região Nordeste.

Esporte

III Corrida dos Parques - Ainda dentro do projeto "Dando o Gás para o Esporte", a PBGÁS patrocinou a IV Corrida dos Parques, no bairro do Bessa, em João Pessoa. O evento incentiva dois aspectos, saúde e meio-ambiente, com a participação de corredores do time de empregados da PBGÁS na corrida de 5 e 10 km. Também há plantio e distribuição de mudas de árvore e ações de educação ambiental.

Equipe de Basquete sobre Rodas - A PBGÁS apoia a Associação Atlética das Pessoas com Deficiência (AAPD), que possui equipes de basquete em cadeira de rodas.

A equipe de basquete da AAPD vem representando bem a Paraíba com a conquista do título de campeã brasileira da 2ª divisão, em São Paulo em 2017, Campeão Brasileiro da 3ª divisão, 3º colocado no campeonato brasileiro da 2ª divisão em 2023 e que coloca o time na disputa da 1ª divisão do brasileiro em 2024.

Kart - Acreditando nos jovens talentos do kart, a PBGÁS também apoiou em 2023 o jovem piloto Felipe Rabelo, de 12 anos, que foi Campeão Paraibano e Pernambucano de kart na categoria Junior Menor.

Desempenho Comercial

Segmento Industrial - Na região da Grande João Pessoa, há 17 indústrias que consumiram 48% do volume médio diário distribuído no segmento em 2023, além de outras 22 indústrias localizadas nos municípios de Conde, Campina Grande, Cabedelo, Ingá, Queimadas, Bayeux e Santa Rita, que juntos consumiram 52% do volume do segmento em 2023, uma média de consumo de aproximadamente 96,7 mil m³/dia, em um portfólio que atende processos fabris nas áreas: cerâmica, têxtil, calçados, alimentos, papel e celulose, mineração e metalurgia.

O segmento industrial, apesar do crescimento de algumas indústrias, apresentou redução de 30% em relação a 2022, resultado do impacto do setor cerâmico. A indústria cerâmica corresponde a 64% do segmento industrial da Companhia, em 2023 o setor passou por forte arrefecimento no âmbito nacional e teve sua produção reduzida em, aproximadamente, 20% quando comparada ao ano anterior.

É relevante destacar que, além da biomassa, a energia elétrica tem avançado como concorrente, sendo uma ameaça para deslocamento do GN.

Segmento Automotivo - O segmento automotivo, por sua vez, com consumo médio de 60,5 mil m³/dia em 2023, está concentrado na Grande João Pessoa, com 26 postos (sendo dois na cidade de Mamanguape e um na cidade de Alhandra) representando aproximadamente 81% do volume distribuído para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 5 postos oferecendo o gás natural veicular, o volume comercializado é da ordem de 13% do total. Também existe um posto no município de Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável pela comercialização de 3% do total do segmento. Complementando o mercado automotivo, existem 3 postos no interior do estado, os quais são abastecidos por gás natural comprimido (GNC) transportado em carretas e, que juntos representam 3% do volume comercializado no ano. Trata-se de um posto na cidade de Patos, a 175 km de Campina Grande, um posto na cidade de Remígio, a 40 km de Campina Grande, e outro na cidade de Guarabira, a 60 km de João Pessoa.

O segmento automotivo em 2023 apresentou uma redução de 11% em relação a 2022, principalmente motivado pela redução da competitividade em relação a gasolina no segundo semestre do exercício anterior. As vendas no segmento apresentaram estabilidade no último trimestre de 2023, sendo a tendência para 2024.

SEGMENTOS RESIDENCIAL E COMERCIAL

O mercado de varejo da PBGÁS tem demonstrado evolução nos anos posteriores a pandemia, a partir de 2021, com crescimentos sustentáveis da base de clientes considerando as ações estratégicas adotadas pela Companhia. Os segmentos de varejo residencial, comercial e poder público, encerram o ano de 2023 com um volume total médio de 12.001 mil m³/dia, crescimento de 11,1% em relação ao volume vendido em 2022.

No segmento residencial foram ligadas 3.825 novas unidades habitacionais, valor 27,5% superior à meta de ligação de 3.000 unidades previstas. Esse é o recorde histórico de ligação de unidades em um ano, sendo apenas a terceira vez que a PBGÁS supera a marca de 3 mil usuários, além de superar o número pelo segundo ano seguido, mantendo assim a taxa de crescimento prevista. O mercado de novas habitações continua com excelente taxa de ligação, em que foram ligadas 32 novas habitações, com 2.291 unidades residenciais, quase três novos condomínios conectados por mês. No mercado de prédios habitados foram ligados 26 condomínios, uma média de mais de 2 por mês, em que foram conectadas 1.534 novas unidades habitacionais.

A meta de ligação para o ciclo 2023, para o segmento comercial e poder público, foi alcançada em 90% com a interligação de 50 novos clientes, superando a marca total de 400 unidades consumidoras comerciais (UCC's) atendidas – NET (considerando entradas e saídas de clientes). O mercado conta com 404 comércios, com destaque para ligação de Hospitais e Shoppings.

O plano plurianual prevê o crescimento do varejo para atingir a marca de 46.156 unidades consumidoras residenciais e 902 unidades comerciais até o final de 2028. Este avanço comercial estará alicerçado por um plano de expansão do mercado, com ações estratégicas em diversos eixos, para alavancagem do segmento que dobrará o número de consumidores até 2027.

Chamada Pública

A Diretoria Executiva da PBGÁS aprovou, em 08.03.2023, na Ata da 925ª Reunião da DIREX, o lançamento da Chamada Pública 001/2023 para aquisição de gás natural. O lançamento ocorreu no dia 08.03.2023.

A Companhia recebeu propostas comerciais de 05 (cinco) empresas que participaram da Chamada Pública aberta com o intuito de adquirir gás natural para os anos de 2024 a 2027, a saber: **ENEVA, GALP, PETROBRAS, PETRORECONCAVO e SHELL.** Após análise quantitativa e qualitativa das propostas apresentadas, a Comissão de Suprimento verificou que as propostas apresentadas pela GALP, PETROBRAS e SHELL apresentaram as melhores condições.

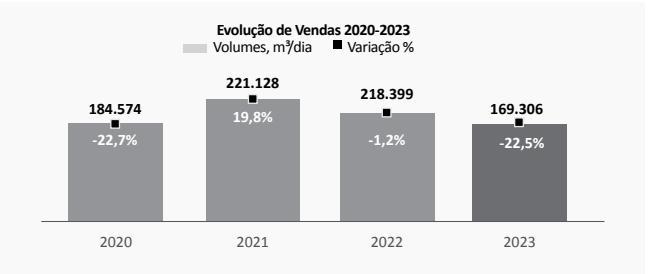
A Chamada Pública resultou na contratação da GALP para o período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2027. A QDC é de 20.000 m³/dia. A SHELL também foi contratada, com vigência de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2034. A QDC é de 80.000 metros cúbicos diários no primeiro ano, 70.000 unidades volumétricas diárias no segundo e diminui para 50.000 volumes cúbicos por dia a partir do terceiro.

Além destes novos contratos, a Companhia havia celebrado em 2022 contrato com a Petróleo Brasileiro S/A com encerramento em 31 de dezembro de 2025, cuja QDC é de 71.000 m³/dia em 2024 e 88.000 m³/dia em 2025. Por fim, ainda no âmbito da Chamada Pública a PBGÁS formalizou novo contrato com a Petrobras com início de vigência em 1 de janeiro de 2026.

Desempenho Econômico-financeiro

As vendas da Companhia atingiram um volume médio de 169.306 m³/dia em 2023, com um desempenho aquém do esperado, representando uma retração de 22,5% em relação ao ano anterior. Os principais clientes industriais enfrentaram problemas de mercado reduzindo produção e, consequentemente, o consumo de gás. No setor automotivo, o segundo maior mercado em termos de quantidade distribuída, o uso de gás natural também diminuiu, apesar da manutenção da competitividade do GNV com os combustíveis líquidos em torno de 30% ao longo do período.

O segmento de varejo urbano tem crescido consistentemente nos últimos anos, com um aumento de 7,2% em 2023. Esse crescimento é impulsionado pela expansão da base de usuários conectados à rede. No entanto, ainda tem pouca representatividade, com apenas 7% do volume total comercializado



Receita Bruta

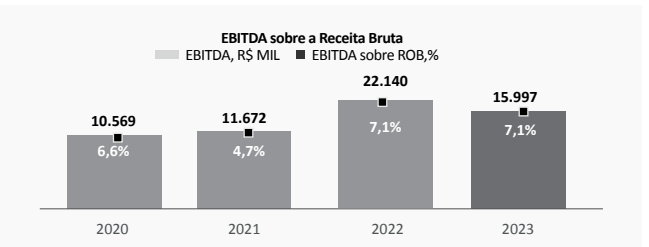
Em 2023, a receita bruta totalizou R$ 224,3 milhões, marcando uma queda de 28,2% em relação a 2022. A retração das vendas e a diminuição da tarifa média anual contribuíram para isso, favorecidas pela queda do preço do gás no mesmo ano

A conjuntura internacional fez o barril de petróleo cair de US$ 101 em 2022 para US$ 83 em 2023. Isso reduziu o preço do gás e permitiu o reposicionamento da margem da Companhia, preservando a competitividade. Essa estratégia foi crucial para assegurar a geração de caixa no ano.

Com o reajuste da margem aplicada nas tarifas, a Companhia buscou estabelecer um equilíbrio entre a margem praticada e a margem regulatória, calculada com base no Contrato de Concessão. Esse equilíbrio é essencial para garantir a sustentabilidade financeira, a segurança operacional e o plano de investimentos para expansão da rede.

EBITDA

A Companhia gerou um EBITDA de R$16 milhões em 2023, uma queda em relação a 2022. No entanto, proporcionalmente à receita bruta, o percentual foi mantido em 7,1%. Isso se deve ao reposicionamento da margem que compensou a queda nas vendas e ao crescimento do custeio inferior a 2%.



Fluxo de Caixa

Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization. Ou seja, lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

A Companhia encerrou 2023 com o saldo de caixa da ordem de R$ 28,5 milhões, com uma variação negativa de R$ 25,4 milhões em relação ao saldo inicial do ano, representando uma diminuição de 47,1.

A retração acentuada é devido à queda nas vendas em 2023. Comparada à previsão orçamentária, houve uma variação negativa de 23,4%, ou seja, 51,6 mil metros cúbicos diários. O declínio afetou diretamente os pagamentos do Encargo de Capacidade, somando R$ 8,4 milhões. Gerou também penalidades contratuais de R$ 1,6 milhões e compromissos mensais de retirada (ToP - Take or Pay), totalizando R$ 11,5 milhões em 2023.

Resultado Líquido

Apesar da performance de vendas abaixo da expectativa, o resultado líquido do exercício de 2023 superou em 9,1% a previsão orçamentária, atingindo o montante de R$ 12,1 milhões. Entretanto, quando comparado ao resultado obtido no exercício anterior, houve uma diminuição de 38,6%.

Esse desempenho foi impulsionado por diversos fatores, com destaque para o reposicionamento da margem aplicada nas tarifas, bem como a redução do nível de crescimento de despesas operacionais durante o ano, que foi possível com a continuidade do processo de revisão do Plano de Contratações Anual (PCA) e da gestão de recursos humanos, materiais e serviços.

Comentários dos Administradores sobre o desempenho

O ano de 2023 foi desafiador para a PBGÁS, com o volume total comercializado alcançando 77% do previsto, refletindo um desvio de 23,4% da meta estabelecida. As indústrias enfrentaram desafios significativos, com a redução do ritmo de produção devido a estoques elevados e vendas aquém das expectativas, o que levou a uma diminuição no consumo de gás canalizado.

A meta de comercialização era de 140.000 m³/dia, mas a realidade mostrou uma média de 96.701 m³/dia, resultando de -31% para o segmento industrial. A migração de usuários para outras fontes de energia foi um fator influente, com o aumento na adoção da biomassa e da energia solar.

No segmento automotivo, observou-se uma redução de 11% para o ciclo de 2023, impulsionada pela competitividade com os combustíveis líquidos.

Apesar dos desafios enfrentados no varejo, com a comercialização prevista ficando abaixo do esperado, o segmento residencial demonstrou um avanço consistente ao longo dos últimos anos. Em 2023, houve um aumento de 7,2% no número de usuários, com um total de 3.825 unidades residenciais conectadas à PBGÁS, estabelecendo um novo recorde anual para a Companhia.

A PBGÁS realizou um investimento significativo no ano passado, destinando R$ 7,2 milhões para construção e ampliação da rede de gás canalizado na Paraíba, especificamente em João Pessoa e Campina Grande. Este valor, ao ser somado com a saturação que custou R$ 3,2 milhões para a ligação de clientes, elevou o investimento total para R$ 10,5 milhões. Com esse aporte financeiro, foi possível adicionar 19,7 Km de gasodutos ao sistema. Além disso, outros investimentos foram direcionados para melhorias no Sistema de Distribuição de Gás Natural e na aquisição de equipamentos de informática.

Os números demonstram que as expectativas de investimento foram superadas. Estava previsto um investimento de R$ 11.214 (R$ mil), mas o valor efetivamente realizado foi de R$ 11.318 (R$ mil), ultrapassando a meta em R$ 104 (R$ mil).

A meta de Lucro Líquido estabelecida não foi alcançada, ficando 13% abaixo do esperado. A redução no volume de gás comercializado teve um papel importante nesse resultado. Apesar disso, a margem de distribuição realizada alcançou 89% da meta proposta, beneficiada pelo ajuste na margem das tarifas, o que ajudou a mitigar os efeitos da diminuição da comercialização. No cenário internacional, a queda do preço do barril de petróleo de US$ 101 em 2022 para US$ 83 em 2023 teve um impacto direto na redução do custo do gás, permitindo manter o equilíbrio da margem da Companhia e sua competitividade.

Em relação às despesas operacionais, observa-se um esforço contínuo de otimização. A gestão tem buscado limitar o crescimento dessas despesas através da implementação e acompanhamento do Plano Anual de Contratações e da atualização das políticas de gestão de recursos humanos e uso de materiais e serviços. Há um compromisso constante em atingir 100% das alocações orçamentárias, evitando reservas inadequadas de recursos e sobrecarga nos ciclos orçamentários futuros. As ações para reduzir despesas têm sido enfatizadas durante o processo de elaboração do orçamento.

Os principais obstáculos para o alcance da meta incluíram a não contratação de serviços essenciais como O&M, advocacia, consultoria, TI e prospecção comercial. Despesas com pessoal previstas, mas não realizadas também contribuíram para o resultado abaixo do esperado.

As Metas Corporativas instituídas para 2023 alcançaram 89% na média de realização. Conforme tabela abaixo:

Descrição da Meta	Meta Aprovada	Meta Realizada	% de Realização
Realizar o volume previsto no orçamento (m³/dia)	220.922	169.306	77%
Realizar os investimentos previstos no orçamento (R$ mil)	11.214	11.318	101%
Realizar Lucro Líquido (R$ mil)	13.444	12.135	90%
Realizar a margem de distribuição (R$ mil)	53.875	47.745	89%
Realizar OPEX (R$ mil)	35.688	31.147	87%
		Média de alcance	89%

Notas: 1- Margem de distribuição com acréscimo de 1,5% de diferença de medição.
2 – Lucro líquido ajustado com o impacto da diferença de medição.

A trajetória da PBGÁS ao longo do ano reflete a determinação e resiliência no alcance das metas. A cada desafio, a equipe demonstrou capacidade de adaptação, mantendo o foco nos objetivos e na missão da empresa. Essa postura proativa frente às adversidades não só garantiu a continuidade dos serviços essenciais, mas também fortaleceu o espírito de colaboração entre todos os membros da organização. É essa energia e comprometimento que impulsionam a PBGÁS rumo a um futuro promissor, marcado por crescimento sustentável.

Perspectivas De Futuro

Em um mundo cada vez mais globalizado as empresas precisam se adaptar rapidamente às mudanças para sobreviver e prosperar. A capacidade de antecipar e responder às tendências emergentes do mercado, bem como a habilidade de compreender e atender às necessidades mutáveis dos consumidores, são essenciais para atingimento dos resultados esperados.

A perspectiva de futuro empresarial da PBGÁS é parte integrante do Plano Plurianual 2024-2028 e se apresenta como um cenário repleto de desafios e oportunidades. As perspectivas estão alinhadas as premissas estratégicas e baseiam-se em cenários macroeconômicos, a partir do levantamento e análise das melhores informações multisetoriais, junto aos usuários, acionistas, fornecedores e mercado.

Previsão de Volumes

Industrial – Perspectiva de retração de 2% no volume em relação a 2023, decorrente da diminuição da Quantidade Diária Contratada por usuários de grande porte, impactando a base de volumes em 2024. Essa projeção leva em consideração a programação mensal de consumo informada pelos principais usuários para todo o ano de 2024. Para os demais usuários e ao longo do ciclo orçamentário de 2024-2028, a estimativa é baseada no histórico, com crescimento influenciado pela produção industrial (Bacen), além do comportamento histórico de sazonalidade de cada cliente.

Automotivo (GNV e GNC) – Espera-se um crescimento de 3,1% em 2024, comparado a 2023. Isso se deve à expectativa de manter a competitividade com combustíveis líquidos em 30%. A Política de Incentivo às novas conversões de veículos a gás natural também contribui para isso.

Ligação de dois novos postos em 2024, sendo um em Campina Grande no mês maio, e outro em Bayeux no mês de agosto, estimou-se um crescimento médio de 2,4% ao ano a partir de 2025.

Comercial e Residencial – Para todo o ciclo orçamentário, crescimento médio projetado de 13% ao ano no segmento comercial e 4,9% ao ano no segmento residencial, com base nas metas de ligações de novos usuários.

Poder Público – Prevista a entrada de uma unidade hospitalar em 2025, projetando acréscimo de 16% ao volume do segmento, e manutenção de volumes ao longo do ciclo.

Previsão de volume de vendas 2024-2028

Volume de vendas, m³/dia

Segmento	2024	2025	2026	2027	2028
Industrial	94.813	98.274	100.684	102.705	102.728
Automotivo	62.478	64.380	66.341	68.361	68.384
Comercial	7.095	8.067	9.452	11.448	11.806
Residencial	5.830	6.077	6.352	6.641	6.941
Poder Público	195	226	226	226	226
Total	**170.411**	**177.024**	**183.054**	**189.381**	**190.085**
Crescimento, %	-0,8%	3,9%	3,4%	3,5%	0,4%

Usuários

É previsto um aumento de 17.471 novas ligações na base de usuários da Companhia para o ciclo 2024-2028, alcançando 46.763 usuários no final do período.

Quantidade Total de usuários prevista

Segmento	2024	2025	2026	2027	2028
Industrial	42	43	43	43	43
Automotivo	36	36	36	36	36
Comercial	497	606	736	816	896
Residencial	31.524	34.832	38.304	41.951	45.782
Poder Público	5	6	6	6	6
Total	**32.104**	**35.523**	**39.125**	**42.852**	**46.763**

Investimentos e Principais Projetos

No horizonte dos próximos 5 anos, a PBGÁS planeja investir um total de R$ 53,9 milhões, dos quais R$ 45,6 milhões em rede de distribuição para: expansão, saturação, melhoria e segurança.

Para 2024, a previsão é de realização de um investimento total da ordem de R$ 12 milhões, os principais projetos são:

Expansão	Rede Porto de Cabedelo – Etapas 1 e 2	**59,5%**
	Rede Polo Turístico Cabo Branco – Etapas 1 e 2	
	Rede Residencial e Comercial	
Saturação	Ramal Residencial e Comercial	**12,9%**
	Ramal Industrial e GNV	
Melhoria e Segurança	Odorização, proteção catódica, telemetria, materiais, equipamentos e serviços	**9,4%**
Gestão	Início da implantação do novo ERP e agência virtual	**14,5%**
	Equipamentos de TI	
	Adequação do 12º andar (sede)	
Outros	Unidade Móvel de Atendimento	**3,7%**

Para o período 2025 a 2028 os principais projetos são:

• Continuidade Porto de Cabedelo (R$ 2,1 milhões);
• Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (R$ 13,4 milhões);
• Polo Turístico Cabo Branco (R$ 5,3 milhões);
• Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (R$ 7,8 milhões);
• Saturação Industrial (R$ 386 mil);
• Projetos de melhoria para sistemas de odorização, proteção catódica, telemetria, cromatografia, supervisório e modernização de estações, além de aquisição/implantação de medidores, computadores de vazão, reguladoras e shutt-offs, transformadores e nobreaks (R$ 6,4 milhões);
• Projetos de gestão envolvendo sistemas, softwares, hardwares e imóveis, totalizando R$ 6,1 milhões, contemplando:
- Implantação de novo ERP em 2025 e 2026 (R$ 3 milhões);
- Aquisição de novo Datacenter em 2026 (R$ 1,8 milhão);
- Implantação do GIS em 2027 (R$ 700 mil);
- Aquisição de equipamentos de TI (R$ 500 mil).

Metas Corporativas 2024

A PBGÁS orienta suas ações e esforços em direção à realização de sua visão e missão e nesse sentido adota a metas corporativas que são aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Para o ciclo 2024, foram aprovadas as seguintes metas:

Metas Corporativas 2024	Orçado 2024
Realizar o volume previsto no orçamento (m³/dia)	170.411
Realizar os investimentos previstos no orçamento (R$)	12.109.986
Realizar Lucro Líquido2 (R$)	5.128.264
Realizar a margem de distribuição1 (R$)	44.322.060
Realizar OPEX (R$)	33.115.093

Base de dados: Orçamento 2024-2028 da Companhia.
Notas: 1 - Margem de distribuição ajustada com acréscimo de 1,5% de diferença de medição 2 - Lucro líquido ajustado com impacto de diferença de medição

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - Em milhares de Reais

Ativos Circulantes	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.482	53.888
Contas a receber de clientes	5	9.931	10.360
Contas a receber de clientes - Parte relacionada	5 e 17	22	10
Estoques		2.044	1.933
Tributos a recuperar	6	2.233	2.924
Despesas antecipadas		264	290
Créditos nas operações de vendas de gás	7	10.200	-
Outros ativos		130	1.167
Total dos ativos circulantes		**53.306**	**70.573**
Não Circulantes			
Depósitos Judiciais		3.144	164
Tributos a Recuperar		257	-
Outros ativos		312	993
Direito de Uso Arrendamento	8	2.620	363
Intangível	9	46.986	42.014
Total dos ativos não circulantes		**53.319**	**43.534**
Total dos ativos		**106.625**	**114.107**

Passivos Circulantes	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	10	15.037	20.000
Passivo de arrendamento	8	671	403
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	11	2.748	2.813
Tributos a pagar	12	1.100	870
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13 e 17	2.454	4.459
Débitos nas operações de venda de gás	14	-	102
Outros Passivos		73	301
Total dos passivos circulantes		**22.083**	**28.948**
Não Circulantes			
Débitos nas operações de venda de gás	14	1.383	489
Passivo de arrendamento	8	2.219	-
Provisão para Contingências	15	1.121	1.802
Outros passivos		138	24
Total dos passivos não circulantes		**4.861**	**2.315**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	61.853	58.744
Reserva de Lucro		17.828	12.000
Reserva Especial		-	1.193
Dividendos Adicionais Propostos		-	10.907
Total do patrimônio líquido		**79.681**	**82.844**
Total do passivo e patrimônio líquido		**106.625**	**114.107**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

			Reserva de lucros							
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Contingência	Incentivos Fiscais	Reserva especial	Reserva Retenção de	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022		58.028	7.303	600	715	1.193		2.343	-	**70.182**
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	16	715	-		(715)			-	-	-
Dividendos adicionais aprovados								(2.343)		(2.343)
Constituição de Reserva para Contingência										-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-		-	-	19.759	19.759
Destinações do Lucro Líquido do exercício:										
Constituição de reserva legal		-	988		-		-	-	(988)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-		3.109			-	(3.109)	-
Dividendos adicionais propostos (R$ 6,52/ação)	13							10.907	(10.907)	-
Juros sobre capital próprio (R$ 2,84/ação)	13	-	-	-	-	-	-	-	(4.755)	(4.755)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**58.744**	**8.291**	**600**	**3.109**	**1.193**	**-**	**10.907**	**-**	**82.844**
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	16	3.109	-		(3.109)			-	-	-
Dividendos adicionais aprovados								(10.907)		(10.907)
Distribuição da Reserva Especial e para Contigência				(600)		(1.193)				(1.793)
Lucro líquido do exercício		-	-		-			-	12.135	12.135
Destinação do Lucro Líquido do exercício:										-
Constituição de reserva legal		-	607		-			-	(607)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-		1.711			-	(1.711)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros							7.219		(7.219)	-
Dividendos mínimos obrigátorios - 25%	13	-	-		-				(289)	(289)
Juros sobre capital próprio (R$ 1,31/ação)	13	-	-		-			-	(2.309)	(2.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**61.853**	**8.898**	**-**	**1.711**	**-**	**7.219**	**-**	**-**	**79.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.135	19.759
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização/Depreciação	7.493	7.509
Atualização líquida de top recuperável	(186)	32
Reversão contigência cível	(681)	-
Perda no recebimento de crédito	17	83
Atualização empréstimo	-	185
	18.778	**27.568**
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	417	2.590
Estoques	(111)	615
Tributos a recuperar	691	(1.698)
Créditos nas operações de vendas	(10.200)	-
Despesas antecipadas	26	(56)
Outros ativos	1.037	(1.060)
Realizáveis a longo prazo	(2.557)	41
Aumento (Redução) nos ativos operacionais		
Fornecedores	(4.963)	(2.980)
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	(65)	625
Tributos a pagar	230	(416)
Imposto de Renda e Constribuição Social a pagar	-	-
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	(102)	(0)
Outos passivos	(228)	130
Outros não circulante	2.546	(112)
Caixa proveniente das operações	**5.499**	**25.246**
Juros pagos empréstimo	-	(185)
Juros Arrendamento	(133)	(71)
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	**5.366**	**24.990**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(12.685)	(6.329)
Baixa intangível	-	7
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(12.685)**	**(6.322)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(12.700)	(2.343)
Juros capital próprio pagos	(4.755)	(3.458)
Pagamento de arrendamento	(632)	(587)
Pagamentos de empréstimo (principal)	-	(3.273)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	**(18.087)**	**(9.661)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(25.406)**	**9.008**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.888	44.881
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.482	53.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Em milhares de reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida - Venda de Gás	18	179.602	242.179
Receita de Construção (ICPC 01)	18	11.318	6.082
		190.920	**248.261**
Custo dos produtos vendidos	19	(144.567)	(202.113)
Custo de Construção (ICPC 01)	19	(11.318)	(6.082)
		(155.884)	**(208.195)**
Lucro bruto		**35.036**	**40.066**
Receitas (Despesas) operacionais		**(25.701)**	**(23.324)**
Despesas comerciais	20	(4.253)	(3.543)
Despesas gerais e administrativas	21	(21.204)	(20.877)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(244)	1.096
Lucro antes do resultado financeiro		**9.335**	**16.742**
Receitas financeiras	23	5.214	6.271
Despesas financeiras	23	(204)	(285)
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		**14.345**	**22.727**
Imposto de renda	24	(1.139)	(1.329)
Contribuição social	24	(1.071)	(1.639)
Lucro líquido do exercício		**12.135**	**19.759**
Lucro básico e diluído por ação	25	**6,89**	**11,81**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	**237.220**	**321.037**
Vendas de produtos e serviços	235.605	318.415
Outras receitas	1.615	2.622
Insumos adquiridos de terceiros	**(155.564)**	**(206.284)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(146.002)	(198.331)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.562)	(7.953)
Valor adicionado bruto	**81.656**	**114.753**
Amortização	(6.418)	(6.494)
Depreciação	(601)	(583)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**74.637**	**107.676**
Valor adicionado recebido em transferência	**5.214**	**6.271**
Receitas financeiras	5.214	6.271
Valor adicionado total a distribuir	**79.851**	**113.946**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal:	**16.592**	**16.837**
Remuneração direta	12.618	12.777
Benefícios	3.115	3.172
FGTS	860	889
Impostos, taxas e contribuições:	**50.287**	**76.516**
Federais	23.064	30.885
Estaduais	27.189	45.599
Municipais	34	32
Remuneração de capitais de terceiros:	**837**	**833**
Juros	204	285
Aluguéis	632	548
Remuneração de capitais próprios:	**12.135**	**19.759**
Juros sobre capital próprio	2.309	4.755
Dividendos	289	-
Lucros retidos	9.537	15.004
Valor adicionado distribuído	**79.851**	**113.946**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
- Em milhares de Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	12.135	19.759
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangente total do exercício	**12.135**	**19.759**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual n° 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2 Base de preparação

2.1.Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamento
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.14 e 8 - Arrendamento;
- Nota 5 - Provisão para perda de créditos;
- Nota 9 - Intangível; e
- Nota 15 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.4. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data emque foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia, se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange caixa e equivalente de caixa e contas a receber.

ii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de Clientes e outros valores a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivosimpostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº5a.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: contas a receber de clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

b) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Capital social

Ações ordinária

Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

d) Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3.3 Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de

amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.4 Estoques

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma, não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

3.7. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas - As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa n°18.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme notas explicativas nº 16b (ii) e 24 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE. O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

3.10. Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás - A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é concluída, ou seja, quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o preço da transação possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção - As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

c) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

3.11. Benefício a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas a medida em que o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:
- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:
- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

3.12. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

3.13. CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O CPC 48 foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do CPC 48 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de Impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	31/12/2023 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor Contábil	31/12/2022 Valor Justo	Categoria CPC48/IAS 9
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.482	28.482	53.888	53.888	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	5	9.953	9.953	10.370	10.370	Custo amortizado
		38.435	**38.435**	**64.258**	**64.258**	
Passivos (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	10	15.037	15.037	20.000	20.000	Custo amortizado
		15.037	**15.037**	**20.000**	**20.000**	

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.

3.14. CPC 06 (R2) - Arrendamento

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a Companhia utilizou taxa incremental para fins de adoção do CPC 06.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arredamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arredamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa - fundo fixo	10	13
Bancos – conta movimento	620	481
Aplicações financeiras	27.852	53.398
Caixa e equivalentes de caixa	**28.482**	**53.892**
Valores em trânsito	(-)	(4)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxo de caixa	**28.482**	**53.888**

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo, com perda insignificante de valor.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2023 girou em torno de 100,05% do CDI diário, em linha com o percentual de 2022 e conforme previsto no plano orçamentário da Cia, com "target" de 100% sendo o benchmark a ser atingido sobre as disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Segmento veicular	3.182	3.673
Segmento industrial	4.040	4.089
Segmento comercial	1.514	1.431
Segmento residencial	1.223	1.125
Subtotal	**9.959**	**10.318**
Penalidade Contratual	50	44
Parcelamento de cliente	19	123
Contas a receber de clientes	**10.028**	**10.485**
Perda Esperada de Clientes (b)	(75)	(115)
Contas a receber clientes líquida	**9.953**	**10.370**

a. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 75, (R$ 115 em 31/12/2022).

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos, considerando as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicado sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como Impairment dos seus ativos financeiros.

b. Por vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
1 a 30 dias	9.843	10.323
Vencidos		
31 a 60 dias	22	30
61 a 90 dias	1	2
Acima de 90 dias	87	15
	110	**47**
Contas a receber de clientes	**9.953**	**10.370**

6. Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF	1.126	793
PIS	9	4
COFINS	39	19
IRPJ Estimativa	836	1.276
CSLL Estimativa	223	745
Outros tributos a recuperar	-	87
	2.233	**2.924**

7. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	10.200	-
COFINS	**10.200**	-

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação "take-or-pay" quando a retirada mínima de gás realizada fica abaixo de 90% do volume contratado na apuração mensal, de acordo com o estabelecido no contrato de compra de gás com a Petrobras. A Petrobras emite nota de débito equivalente a aplicação do preço de aquisição (sem ICMS) sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGÁS retirar volumes superiores ao mínimo exigido em contrato, definido em 90% da QDC.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse "take-or-pay" e recupera este crédito no pagamento de faturas posteriores da Petrobras. Estes créditos são atualizados no momento da recuperação, tendo como contrapartida aumento (redução) do ativo e receita (despesa) operacional.

8. Arrendamento

Direito de uso e arrendamento	31/12/2023	31/12/2022	Passivo de arrendamento	31/12/2023	31/12/2022
Ativo direito de uso			**Circulante**		
Imóveis	2.858	2.195	Imóveis	780	417
(-) Amortização Acumulada	(238)	(1.832)	(-) AVP	(109)	(14)
	2.620	**363**		**671**	**403**
			Não Circulantes		
			Imóveis	2.795	-
			(-) AVP	**(576)**	-
				2.219	-

Em julho de 2023 houve renovação de contratos de arrendamento pelo prazo de 5 anos com término em 2027. O montante pago no exercício de 2023 foi de R$ 632. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo IGP-M.

9. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

a. Composição

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização Acumulada	31/12/2023 Valor Líquido	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização Acumulada	31/12/2022 Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.571	(1.114)	457	1.571	(1.028)	543
Hardware	3.413	(2.305)	1.108	3.412	(2.098)	1.314
Rede de Distribuição	155.461	(120.568)	34.892	147.895	(114.350)	33.545
Outros	3.548	(2.775)	772	3.548	(2.615)	933
Intangível em formação (*)	7.649	-	7.649	4.686	-	4.686
Intangível concessão	171.946	(126.763)	45.183	161.416	(120.091)	41.325
Direitos de uso de softwares	3.934	(2.131)	1.803	2.600	(1.911)	689
	175.880	**(128.894)**	**46.986**	**164.016**	**(122.002)**	**42.014**

(*) A conta "Intangível em formação" refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

Contratos de concessões	Taxa de Amortização% a.a. *	31/12/2023 Saldo inicial	31/12/2023 Adições	31/12/2023 Saldo Final	31/12/2022 Saldo Inicial	31/12/2022 Adições	31/12/2022 Saldo Final
Custo	**10**	**161.417**	**10.529**	**171.946**	**155.106**	**6.311**	**161.417**
Intangível operação		156.731	7.566	164.296	150.982	5.749	156.731
Intangível obras andamento		4.685	2.963	7.648	4.122	563	4.685
Amortização		(120.091)	(6.672)	(126.763)	(113.338)	(6.753)	(120.091)
		41.326	**3.857**	**45.183**	**41.767**	**(442)**	**41.326**
Software e direito de uso							
Custo	10	2.599	1.335	3.934	2.582	18	2.599
Amortização		(1.911)	(220)	(2.131)	(1.739)	(173)	(1.911)
		688	**1.115**	**1.803**	**843**	**(155)**	**688**
Total do intagível		**42.014**	**4.972**	**46.986**	**42.611**	**(596)**	**42.014**

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato. Reconhecida amortização do intangível no valor de R$ 6.892 (R$ 6.926 em 31/12/2022). O total de adições no exercício líquido que afetaram o caixa foi de R$ 12.685 (R$6.329 em 31/12/2022).

10. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedor de gás	11.751	18.949
Fornecedores de materiais e serviços	3.286	1.051
	15.037	**20.000**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

(a) Em 31 de dezembro de 2023 encerraram-se os contratos firmados com a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras (NMG 2020/2023) e o Contrato firmado com a Potiguar E&P S/A. Considerando o término destes contratos, a PBGÁS realizou Chamada Pública para contratação do suprimento a partir de 01 de janeiro de 2024.

A Chamada Pública resultou na contratação da GALP para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2027 com QDC de 20.000m³/dia e na contratação da SHELL para o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2034, com QDC de 80.000m³/dia para o primeiro ano, 70.000m³/dia para o segundo ano e a partir do terceiro ano do contrato a QDC será reduzida para 50.000m³/dia. O contrato da Shell é na modalidade firme nos exercícios 2024 e 2025, podendo ser renegociado a partir de 2026.

Além destes novos contratos, a Companhia havia celebrado em 2021 contrato com a Petróleo Brasileiro S/A (NMG 2022/2025) com encerramento em 31 de dezembro de 2025, cuja QDC é de 71.000m³/dia em 2024 e 88.000m³/dia em 2025. Por fim, ainda no âmbito da Chamada Pública a PBGÁS formalizou novo contrato com a Petrobras com início de vigência em 01 de janeiro de 2026.

11. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Salário a pagar	56	-
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	723	661
Participação lucros e resultados	440	653
Provisão para férias e encargos	1.529	1.499
	2.748	**2.813**

12. Tributos a Pagar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS a pagar	117	84
COFINS a pagar	540	395
INSS terceiros a pagar	124	42
IRRF a pagar	152	306
Outros tributos a pagar	167	43
	1.100	**870**

13. Dividendos Propostos e JSCP a pagar

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

De conformidade com a Resolução n° 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos reconhecidos no passivo circulante correspondem aos 25% mínimos estabelecidos.

Para os JSCP, estes foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório em 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	12.135	19.759
(-) Reserva legal	(607)	(988)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(1.711)	(3.109)
Lucro líquido a ser distribuído	**9.817**	**15.662**
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos mínimos obrigatórios	**289**	-
Dividendos propostos adicionais	-	**10.907**
JSCP	2.309	4.755
(-) IRRF JSCP	(144)	(296)
JSCP a pagar	**2.165**	**4.459**

Conforme 29ª AGO realizada em 13 de abril de 2023 foi aprovado o pagamento em 28/04/2023 o valor de R$ 10.907 referente aos dividendos propostos adicionais de 2022, como também foi aprovado o pagamento do JSCP no valor líquido de R$ 4.459 em 21/12/2023.

14. Débitos nas operações de venda de gás

	31/12/2023	31/12/2022
Segmento industrial	1.383	590
Total circulante e não circulante:	**1.383**	**590**

Os débitos nas operações de venda de gás, correspondem ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação "pagamento a título de retirada mínima" quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGÁS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural aplicado sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e o usuário realiza o pagamento, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre quando o cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse pagamento antecipado "à título cumprimento da retirada mínima de gás" e o usuário utiliza este seu crédito no pagamento de faturas posteriores. Estes débitos são atualizados de acordo com a variação da tarifa da PBGÁS, no momento de sua recuperação, tendo como contrapartida aumento (redução) do passivo e despesa (receita) operacional.

15. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2023 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R$ 1.121 (R$ 1.802 em 31/12/2022), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Cível	1.121	1.802
	1.121	1.802

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R$ 1.121 (R$ 1.802 em 31/12/2022). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Os processos trabalhistas e cíveis considerados como possíveis tem como valor histórico o total de R$ 2.116.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.802	1.165
Provisões efetuadas	-	876
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(681)	(239)
	1.121	**1.802**

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2023
Estado da Paraíba	443.259	75,5	587.096	50	1.030.355	36.184
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	143.836	24,5	587.096	50	730.932	25.669
Total	**587.095**	**100**	**1.174.192**	**100**	**1.761.287**	**61.853**

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2022
						R$
Estado da Paraíba	420.971	75,5	557.576	50	978.547	34.365
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	136.604	24,5	557.576	50	694.180	24.379
Total	**557.575**	**100**	**1.115.152**	**100**	**1.672.727**	**58.744**

A 128ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2023 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 3.109, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 88.560 ações, sendo 29.520 ordinárias e 59.040 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

A 121ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2022 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 715, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 13.586 ações, sendo 6.793 ordinárias e 13.586 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

Em 21/07/2022 foi realizada a transferência de ações por compra e venda entre o acionista Petrobras Gás S.A – Gaspetro, atualmente COMMIT Gás S.A, para o acionista Estado da Paraíba. Com esta operação o Estado da Paraíba passou a deter 58,5% do capital social total da Companhia e a Mitsui Gás do Brasil Ltda o percentual de 41,5%, do total.

O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) Reserva de lucros

(i) Reserva legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) Reserva de incentivos fiscais: É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

(iii) **Reserva de retenção de lucros:** É constituída com a justificativa de retenção de lucros proposta, a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária, visando garantir os recursos destinados à expansão do Sistema de Distribuição de Gás Natural da Companhia, conforme plano de investimentos aprovado pela Administração.

17. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado no período dos 12 (doze) meses, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo Circulante				
Contas a receber de Clientes	-	-	22	10
Passivo Circulante				
Dividendos/JSCP a pagar	934	1.677	1.520	2.782
Resultado				
Reembolso Acionista	430	390	-	-

18. Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Gás veicular	72.351	97.195
Gás industrial	127.741	190.808
Gás residencial	12.615	12.238
Gás comercial	11.580	12.092
	224.287	**312.333**
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(27.144)	(45.599)
PIS*	(3.129)	(4.380)
COFINS*	(14.412)	(20.175)
Receita líquida	**179.602**	**242.179**
Receita de construção - ICPC 01	**11.318**	**6.082**

* Em 28/02/2023 foi publicada a Medida Provisória 1.163 que em seu artigo 2º item 2, expressa: "Ficam reduzidas a zero, até 30 de junho de 2023, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre as operações realizadas com: II - gás natural veicular classificado nos códigos 2711.11.00 ou 2711.21.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

19. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de gás natural (a)	(123.365)	(181.265)
Pessoal	(3.851)	(3.755)
Odorização	(77)	(96)
Custo transporte gás	(8.416)	(7.514)
Serviços de terceiros	(2.303)	(2.875)
Aluguéis	(281)	(274)
Materiais de manutenção	(54)	(85)
Seguros	(469)	(414)
Amortização	(5.751)	(5.835)
	(144.567)	**(202.113)**
Custo de Construção – ICPC 01	**(11.318)**	**(6.082)**

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Gás veicular	(44.831)	(56.985)
Gás industrial	(69.950)	(114.860)
Gás residencial	(3.887)	(4.152)
Gás comercial	(4.697)	(5.268)
	(123.365)	**(181.265)**

20. Despesas comerciais

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(2.345)	(2.459)
Serviços de terceiros	(695)	(403)
Conversão de clientes	(1.213)	(681)
	(4.253)	**(3.543)**

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(13.315)	(13.453)
Serviços de terceiros	(2.587)	(2.521)
Gerais e administrativas	(1.955)	(1.505)
Aluguéis	(352)	(274)
Viagens e representações	(174)	(126)
Amortização	(668)	(659)
Depreciação - Arrendamento	(601)	(583)
Tributárias	(1.552)	(1.756)
	(21.204)	**(20.877)**

22. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Outras Receitas Operacionais		
Ganho gás pago não fornecido	1.066	926
Outras receitas operacionais	31	1.198
Ressarcimento despesa/recuperação de crédito	**42**	**11**
Receita de penalidade contratual	476	487
	1.615	**2.622**
Outras Despesas Operacionais		
Despesas de provisões	(17)	(876)
Perda na atualização das operações de gás	(201)	(32)
Despesa de penalidade contratual (a)	(1.594)	(404)
Baixa de ativo	(-)	(6)
Indenizações e ressarcimentos	(41)	(1)
Outras despesas operacionais	(6)	(206)
	(1.859)	**(1.526)**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.	**(244)**	**1.096**

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Penalidades por erro de programação: penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme o contratual.

23. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	4.763	5.643
Juros/multas - Clientes	173	514
Outras receitas financeiras	278	114
	5.214	**6.271**
Despesas financeiras		
Juros e multas	(-)	(187)
Descontos concedidos	(2)	(13)
Variação monetária - Ativo de arrendamento	(133)	(71)
Outras despesas financeiras	(69)	(14)
	(204)	**(285)**

24. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo n° 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	14.345	14.345	22.727	22.727
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	264	264	105	105
Provisões não dedutíveis	561	561	876	876
Reversão provisões	(1.064)	(1.064)	(159)	(159)
JSCP	(2.309)	(2.309)	(4.755)	(4.755)
(+/-). Outros	105	105	(583)	(583)
Total	**11.902**	**11.902**	**18.211**	**18.211**
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**(2.951)**	**(1.071)**	**(4.529)**	**(1.639)**
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	40	-	30	-
(+/-). Outros	61	-	61	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(2.850)**	**(1.071)**	**(4.438)**	**(1.639)**
(-) Incentivos fiscais SUDENE	1.711	-	3.109	-
Imposto de renda e contribuição social	**(1.329)**	**(1.071)**	**(1.329)**	**(1.639)**
Alíquota efetiva do IR e CSLL	10%	9%	7,30%	9%

25. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	12.135	19.759
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.761	1.673
Lucro/ação (R$/mil)	**6,89**	**11,81**

26. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros, sendo dois deles indicados pelo acionista Governo do Estado e um membro pelo acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R$ 1.190 (R$ 1.088 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2023 e vigências até 2024, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
D&O RC Profissional	5.000
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	8.505
Total Segurado	**27.005**

28. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGÁS.

b) Risco de taxas de juros - Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

29.Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 15 de fevereiro de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter feito sobre estas Demonstrações Financeiras, quando requeridos.

João Pessoa, 15 de fevereiro de 2024.

Jailson José Galvão
Diretor Presidente

Mario Thiago Alves Romero
Diretor Administrativo Financeiro

Fábio Mariz Maia Filho
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS
Rua Antonio Rabelo Junior no 161 - Bairro Miramar - CEP. 58.032-090

João Pessoa – Paraíba - Telefone: (83) 32191700 32191766
CNPJ(MF) 00.371.600/0001-66 - Site: www.pbgas.com.br

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial

e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a PBGÁS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Outros assuntos
3.1 Relatório da Administração

A administração da PBGÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

3.2 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 24 de fevereiro de 2023, sem modificação de opinião.

4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o PBGÁS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PBGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PBGÁS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PBGÁS.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a PBGÁS a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 16 de fevereiro de 2024

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" PB
Sócio Sênior - CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" PB
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S" PB
CNAI 4850

76ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

No dia 04 de abril de 2024, realizou-se, através de videoconferência, em conformidade com o art. 25, §3º, do Estatuto Social e com o Decreto Estadual nº 40.304/2020, a 76ª Reunião do Conselho Fiscal da PBGÁS para examinar o **Relatório da Administração Integrado 2023**, as **Demonstrações Financeiras**, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2023 , bem como a proposta de **Destinação do Lucro Líquido** relativo ao exercício de 2023 **(Propostas DIREX nºs 615/2024, 613/2024 e 614/2024)**. Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal decide exarar o seguinte Parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS procederam o exame do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, em 16 de fevereiro de 2024, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente, o Conselho Fiscal **opina favoravelmente** à Proposta DIREX nº 614/2024, referendada pelo Conselho de Administração, através da Ata de sua 286ª Reunião, realizada em 04.04.2024, às 15:00 horas, referente à **destinação do Lucro Líquido do exercício 2023**, conforme segue:

Apresentação Lucro Líquido	2023 R$
Lucro Líquido do exercício, após a PPLR	**12.134.811,13**
(-) Reserva legal - 5%	(606.740,56)
(-) Destinação paraReserva de Incentivo Fiscal - Sudene	(1.711.418,53)
Lucro à disposição dos Acionistas	**9.816.652,04**
Juros sobre Capital Próprio	2.309.108,68
Imposto de Renda - Juros sobre Capital Próprio	(143.742,01)
Juros sobre Capital Próprio (Líquido de Imposto de Renda)	**2.165.366,68**
Dividendo complementar ao mínimo obrigatório	**288.796,33**
Constituição de Reserva de Retenção de Lucros pela AGO	**7.218.747,02**

João Pessoa, 04 de Abril de 2024

WLADIMIR ROMANIUC NETO **BRUNO DO PRADO CASTILHO**

GLEYDSON FARIAS BRONZEADO